

Memória de Reunião
Grupo de Trabalho Macrozoneamento
PDUI - RMSP

Data: 08/07/2016

Participantes: consultar lista de presença

Pauta: prosseguimento dos trabalhos - Macrozoneamento para o PDUI.

Principais pontos da apresentação:

1. Síntese do encontro anterior (01/07/2016) e retomada de parte das questões que haviam sido apresentadas.
2. Apresentação do inventário de dados e informações espaciais.
3. Exercício de espacialização ambiental e urbana.
4. Conceitos e metodologia sobre áreas estratégicas.

Principais pontos discutidos pelos integrantes do GT:

1. Sobre as Áreas de Proteção aos Mananciais (APMs) e as Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs) foi destacado que a aplicação e revisão desses instrumentos em relação à legislação municipal nem sempre seguem o mesmo cronograma, justificando grande parte das incompatibilidades.
2. Preocupação de como tratar as Áreas de Recuperação Ambientais (ARAs), integrantes das APRMs – se devem ou não ser consideradas para efeito de macrozoneamento.
3. Importante destacar que está sendo considerada a leitura dos planos diretores municipais, assim os municípios devem acompanhar os trabalhos.
4. Sobre as APAs, o zoneamento é definido pelo plano de manejo de cada unidade sendo que, na ausência deste instrumento, se deve considerar o decreto de criação e, por último, o plano diretor municipal.
5. Os ajustes de nomenclatura devem ser corrigidos e ajustados de acordo com os parâmetros que venham a ser adotados.
6. Sugerido que, para fins de macrozoneamento, sejam desconsideradas as informações municipais diante de suas particularidades.
7. No exercício proposto foram mapeadas as informações relativas aos aspectos ambientais, sendo que, no caso de sobreposições, prevaleceu o dado mais restritivo.
8. Nos exercícios de espacialização bem como nas categorias preliminares do macrozoneamento (“árvore”) é importante que sejam destacados os conflitos, por exemplo: áreas de uso sustentável x áreas de ocupação urbana.

9. De um modo geral, observa-se que os conflitos estão concentrados nas franjas , nas áreas mais periféricas.

10. Importante definir uma escala de representação, pois a variação escalar de tratamento e representação das informações alteram a leitura e a respectiva proposição sobre o território.

11. A partir dos exercícios propostos, é possível extrair questões centrais à dinâmica metropolitana: a expansão das áreas periféricas e as áreas de desenvolvimento sustentável.

12. Em face das particularidades das leis específicas dos mananciais, sugere-se a consulta da Política de Proteção e Recuperação dos Mananciais (Lei 9.866/97).

13. Adotar o IVS como índice, pois este é mais detalhado e pode ser mais adequado aos trabalhos do macrozoneamento.

14. Sobre as categorias de macrozoneamento propostas, seria importante detalhar as questões de precariedade e riscos nas áreas com incidência de legislação. Nesse sentido, é válido destacar a pertinência de propiciar leituras entremeando diferentes temas e escalas.

15. Importante destacar que, embora este GT esteja delimitado pelas questões de macrozoneamento, os assuntos aqui discutidos tem interface com demais temas e grupos de discussão, tal como desenvolvimento econômico.

16. Os exercícios de macrozoneamento devem incluir as diferentes categorias propostas, embora sejam reconhecidas as dificuldades operacionais de processar as espacializações.

17. Associados ao macrozoneamento devem ser pensados ou elencados os instrumentos não necessariamente restritos às áreas delimitadas.

18. Diante do atual quadro das áreas metropolitanas, o macrozoneamento deve-se ocupar com uma visão de futuro, procurando reverter dinâmicas atualmente instituídas. Nesse esforço, a capacidade de suporte do território deve ser levada em conta.

19. Na perspectiva acima, deve-se evitar o adensamento em torno dos principais eixos de transporte situados nas áreas que incidem legislação ambiental.

20. A Prefeitura de Guarulhos informou que seus técnicos estão trabalhando sobre as questões do macrozoneamento e que pretendem trazer contribuições ao GT, estruturando uma apresentação sobre as questões que consideram ser mais relevantes.

21. De acordo com a reunião do Comitê Executivo, no início de agosto deverá ocorrer o início das oficinas sub-regionais. É importante ficar como prazo, até o fim de setembro, a elaboração do caderno preliminar de proposta que será levado às discussões com a sociedade civil.

Encaminhamentos:

Os trabalhos prosseguirão no próximo encontro e serão abordados: inventário de dados e informações espaciais; exercício de espacialização ambiental e urbana; conceito e metodologia

para demarcação no território das áreas estratégicas; espacialização de questões acerca dos conflitos envolvendo os Planos Diretores Municipais (Planos Diretores x Planos Diretores; Planos Diretores x Uso do Solo; Planos Diretores x Legislação Ambiental) e sistematização de dúvidas e conflitos; bem como o debate e o acolhimento das contribuições advindas dos participantes do GT.